

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATAMA/PE

TERMO DE REFERÊNCIA

1.0- CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO:

Constitui objeto do presente Termo de Referência a **aquisição de tablets para uso dos Agentes Comunitários de Saúde do Município de Paranatama/PE**, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde no desempenho de suas atividades em campo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e na planilha descritiva.

| AQUISIÇÃO DE TABLETS PARA ATENDER AS DEMANDAS DOS AGENTES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PARANATAMA-PE | | | | | |
|--|--|----------|-------|--------------|---------------|
| ITENS | DESCRIÇÃO/SIMILARIDADES | UND | QUANT | VALOR | VALOR TOTAL |
| 1 | AQUISIÇÃO DE TABLETS COM AS SEGUINTESESPECIFICAÇÕES: TABLET; 11 POLEGADAS; CONECTIVIDADE: WI-FI E BLUETOOTH; 8 GB DE MEMÓRIA RAM; 128 GB ARMAZENAMENTO INTERNO; PROCESSADOR: OCTA CORE; COR: PRETO; ACOMPANHA CARREGADOR; CÂMERA FRONTAL: MÍNIMA DE 8 MEGAPIXELS CÂMERA TRASEIRA: 5 MEGAPIXELS SISTEMA OPERACIONAL: ANDROID. | UNIDADES | 20 | R\$ 1.948,67 | R\$ 38.973,40 |
| TOTAL | | | | | R\$ 38.973,40 |

1.1 - O prazo de vigência do contrato será celebrado até 31 de dezembro de 2026, a partir da data da sua assinatura podendo, a critério das partes, ter sua duração prorrogada, nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, ressalvados os limites legais para aditivo ao contrato.

1.2 - O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 134/2022.

1.3 - Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2.0 - JUSTIFICATIVA:

2.1 A presente contratação justifica-se pela necessidade de modernização e otimização dos serviços prestados pelos Agentes Comunitários de Saúde, proporcionando maior eficiência no registro, acompanhamento e transmissão de dados das famílias assistidas.

2.2 A utilização de tablets permitirá maior agilidade na coleta de informações, integração com sistemas do Ministério da Saúde, redução de erros manuais e melhoria na qualidade dos serviços prestados à população. Dessa forma, a aquisição dos equipamentos se mostra essencial para o bom funcionamento das atividades da Atenção Básica no município.

3. DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:

3.1 A presente contratação tem por objeto a aquisição de tablets destinados aos Agentes Comunitários de Saúde do Município de Paranatama/PE, conforme condições e especificações técnicas mínimas estabelecidas neste Termo de Referência e na planilha descritiva.



3.2. Os equipamentos deverão possuir, no mínimo, as seguintes características: tela sensível ao toque (touchscreen), sistema operacional atualizado e compatível com aplicativos utilizados pelo Ministério da Saúde, conectividade via Wi-Fi e dados móveis, armazenamento interno suficiente para instalação e funcionamento dos sistemas institucionais, além de bateria com autonomia adequada para uso durante a jornada de trabalho.

3.3. Os tablets deverão ser entregues acompanhados de todos os acessórios necessários ao seu pleno funcionamento, tais como carregador, cabo de dados e manuais do usuário.

3.4. Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, originais, devidamente embalados, e atender rigorosamente às especificações técnicas exigidas, garantindo desempenho, durabilidade e eficiência no uso das atividades desenvolvidas pelos Agentes Comunitários de Saúde.

3.5. A descrição detalhada dos itens, quantitativos e demais características técnicas encontra-se na planilha descritiva que integra este Termo de Referência para todos os fins.

4 – DAS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS

4.1. Os equipamentos a serem fornecidos deverão ser novos e sem utilização anterior, originais e de boa qualidade, livres de defeitos, imperfeições e outros vícios que impeçam ou reduzam sua usabilidade, devendo atender rigorosamente às prescrições estabelecidas na planilha descritiva.

4.2. As especificações contidas na planilha descritiva foram obtidas através de estudos técnicos preliminares realizados pelo or competente desta Secretaria, visando unicamente à qualidade dos produtos a serem adquiridos.



DA GARANTIA DOS BENS

5.1. A CONTRATADA se obriga, dentro do prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo, prestar garantia "on site" (local) contra defeito de fabricação, sem qualquer ônus adicional ao CONTRATANTE.

5.2. No caso de haver defeitos nas peças e, se consequentemente houver substituição, a garantia será contada a partir de nova data da substituição das peças defeituosas.

5.3. Os serviços de garantia aos produtos deverão ser prestados pela empresa CONTRATADA, pelo fabricante dos equipamentos ou por empresa credenciada à rede nacional de assistência técnica autorizada pelo fabricante dos produtos fornecidos.

5.4. Deverá ser fornecido pela CONTRATADA e-mail, no qual será utilizado para abertura de chamado pelo CONTRATANTE, em dias úteis.

5.5. O tempo hábil para resposta à abertura do chamado será de até **3 (três) dias corridos**, contados a partir do seu registro, aplicando-se a todos os componentes internos.

5.6. O período de garantia estará mencionado na nota fiscal da venda do produto.

6 – MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO:

6.1 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5).

6.3 - As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.



6.4 - O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 - Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelo respectivo substituto, conforme disposto na Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput, e Decreto Municipal nº 009 de 2023, e indicados por ato de designação realizado pela autoridade competente na forma do art.7º da Lei 14.133/2021 e do art. 4º e segs, do Anexo V do Decreto Municipal nº 130/2023;

6.7 -O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto Municipal nº009, de 2023);

6.8 - O fiscal técnico do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto Municipal nº009, de 2023);

6.9 - Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto Municipal nº 009/2023)

6.10 - O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto Municipal nº 009, de 2023).

6.11 - No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto Municipal nº 009, de 2023).

6.12 - O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto Municipal nº 009, de 2023).

6.13 - O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto Municipal nº 130, de 2023, Anexo V).

6.14 - Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto Municipal nº 009, de 2023).

6.15 - O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto Municipal nº 009, de 2023).

6.16 - O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotarà os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto Municipal nº 009, de 2023).

6.17 - O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto Municipal nº 009, de 2023).

6.18 - O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução



contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto Municipal nº 009, de 2023).

6.19 - O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto Municipal nº 009, de 2023).

6.20 - O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto Municipal nº 009, de 2023).

6.21 - O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto Municipal nº 009, de 2023).

7. CRITÉRIO DE MEDIAÇÃO DE PAGAMENTO:

7.1 - O pagamento será realizado no prazo máximo de até 20 (vinte) dias, contados a partir da liquidação da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.2 – Considera-se liquidação o segundo estágio da despesa pública e consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, após a execução do objeto.

7.3 – Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras.

7.4 – Na hipótese descrita no item anterior, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

7.5 – Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.6 - A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8 – RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E FORMA DE SELEÇÃO:

8.1. Nos termos do **art. 72, inciso VI**, da Lei Federal nº 14.133/2021, a escolha do fornecedor justifica-se por se tratar de empresa que atua no ramo pertinente ao objeto da contratação, demonstrando capacidade técnica e experiência compatível com as exigências estabelecidas, bem como por preencher os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária. Ressalta-se, ainda, que a empresa apresenta reconhecimento no mercado, especialmente em contratações realizadas com outros entes públicos, evidenciando confiabilidade e aptidão para o fornecimento do objeto pretendido.

8.2. A contratação será realizada de forma direta, por meio de dispensa de licitação, com fundamento no **art. 75, inciso II**, da Lei Federal nº 14.133/2021, adotando-se como critério de julgamento o menor preço.

8.3. No julgamento das propostas, será considerada vencedora a empresa que apresentar o **menor preço global**, desde que atendidas todas as condições e exigências constantes neste Termo de Referência.

9. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

9.1 - Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



9.2 - Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.3 - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento;

9.4 - Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: decreto de autorização para funcionamento no Brasil;

9.5 - Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.6 - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;

9.7 - Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

9.8 - Ato de autorização para o exercício da atividade de (especificar a atividade contratada sujeita à autorização), expedido por (especificar o órgão competente) nos termos do art. da (Lei/Decreto) nº

- Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

10.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.2 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

10.3 - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.4 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.5 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; (Ex.: ALVARÁ/ CARTÃO CIM/ CACEPE, dentre outros);

10.6 - Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.7 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.8 - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal. (Tendo em vista que essas informações relativas à prova de inscrição nos cadastros de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] já constam no próprio certificado do MEI)



11. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

12.1 - A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a: comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

12.2- De acordo com Lei nº 14.133/2021, a comprovação de aptidão para desempenho de atividade deve ser pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto da licitação.

12.3 - Entende-se como compatível em características o fornecimento de bens semelhantes ao objeto da licitação.

13. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

13.1 – O custo estimado total da contratação é de **R\$ 38.973,40** (Trinta e oito mil novecentos e setenta e três reais e quarenta centavos)

14. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

14.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos financeiros provenientes da dotação orçamentária abaixo discriminada.

3300 FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

122 1016 1075 0000 EXPANSÃO DA REDE FISICA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10 301 1017 1076 0000 EXPANSÃO DA REDE FISICA DA ATENÇÃO BÁSICA

10 302 1018 1077 0000 EXPANSÃO DA REDE FISICA DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

10 303 1021 2025 0000 MANUTENÇÃO DE PROGRAMA DE ASSISTENCIA FARMACEUTICA AMBULATORIAL E HOSPITALAR

10 304 1020 1079 0000 EXPANSÃO DA REDE FISICA DA VIGILÂNCIA

10 305 1022 1080 0000 EXPANSÃO DA REDE FISICA DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Paranatama, 20 de março de 2026.

NEIDEJANE DA SILVA BEZERRA
Servidora Responsável





PORTAL DA TRANSPARENCIA
<http://cloud-it-solucoes.int.br/transparenciaMunicipal/download/70-20260324120359.pdf>
assinado por: idUser 526